

2014

**Divulgação dos Resultados Consolidados do
Quarto Trimestre (4T14) e do ano de 2014**



4T14: 190,1 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+2,7%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 1,1 BILHÃO (+13,6%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 383,2 MILHÕES (+2,4%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 117,6 MILHÕES

AGENDA DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA



EM PORTUGUÊS

Sexta-feira (27/02/2015)
11:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 27/02 e 06/03
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 8435654#

EM INGLÊS (Tradução Simultânea)

Sexta-feira (27/02/2015)
11:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 27/02 e 06/03
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 1797129#

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link www.ccall.com.br/arteris/4t14.htm e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015 – Arteris S.A. – (Novo Mercado da BM&FBovespa: ARTR3) anuncia seus resultados consolidados do 4T14, período encerrado em 31 de dezembro de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES 4T14/2014

- **Tráfego Pedagiado:** 190,1 milhões de veículos equivalentes registrados no 4T14, com crescimento de 2,7% em relação ao 4T13. No acumulado do ano, em bases comparáveis, a expansão foi de 1,6%.
- **Receita de Pedágio:** Totalizou R\$ 639 milhões no trimestre com crescimento de 5,9%. Na comparação com o 4T13, as rodovias federais tiveram melhora de 9,0% enquanto as estaduais de 3,7%. No acumulado do ano, a melhora foi de 5,7% com um total de R\$ 2,4 bilhões.
- **EBITDA Ajustado:** Foi de R\$ 383,2 milhões (+2,4%) no trimestre com margem ajustada de 64,7%. Em 2014, o EBITDA ajustado ficou em R\$ 1,5 bilhão (+5,2%) com margem de 66,5%.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 4,4 bilhões ao final do 4T14, com um aumento de 9,9% em relação ao 3T14. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 3,1x.
- **Investimentos:** Desembolso de R\$ 546,5 milhões em ativos intangíveis e imobilizados e manutenção de rodovias no 4T14. Em 2014, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 1,8 bilhão.
- **Aditivos Contratuais:** Assinatura do aditivo para as obras de duplicação da Serra do Cafezal (Autopista Régis Bitencourt), adição de nova obra na Autovias (duplicação da SP-318) e inclusão de diversas obras de melhorias na Autopista Fluminense



Indicadores Financeiros	4Q14	3Q14	4Q13	Var%		2014	2013	Var%
				4Q14/3Q14	4Q14/4Q13			
Veículos equivalentes (MI)	190.048	186.724	184.980	1,8%	2,7%	726.295	717.096	1,3%
Receita de pedágio (R\$ MI)	639.226	635.956	603.834	0,5%	5,9%	2.431.851	2.300.436	5,7%
Receita líquida (R\$ MI)	1.069.094	1.098.185	940.690	-2,6%	13,6%	4.018.133	3.377.474	19,0%
EBITDA (R\$ MI)	355.090	386.367	328.659	-8,1%	8,0%	1.357.220	1.232.769	10,1%
EBITDA Ajustado (R\$ MI) ¹	383.338	428.079	374.227	-10,5%	2,4%	1.502.683	1.428.798	5,2%
Lucro líquido (R\$ MI)	117.599	146.453	137.618	-19,7%	-14,5%	456.860	466.340	-2,0%
Margem EBITDA *	60,0%	64,1%	58,9%	-4,1 p.p.	1,0 p.p.	60,0%	58,2%	1,8 p.p.
Margem EBITDA ajustado*	64,8%	71,0%	67,1%	-6,2 p.p.	-2,3 p.p.	66,5%	67,4%	-1,0 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ MI)	2.128.777	2.117.429	1.879.573	0,5%	13,3%	2.128.777	1.879.573	13,3%
Ativos totais (R\$ MI)	9.599.828	8.627.411	7.369.011	11,3%	30,3%	9.599.828	7.369.011	30,3%
Dívida bruta / Capitalização total ²	74,0%	70,5%	68,7%	3,5 p.p.	5,3 p.p.	74,0%	68,7%	0,1 p.p.
Dívida líquida	4.382.817	3.985.845	3.083.830	10,0%	42,1%	4.382.817	3.083.830	42,1%
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	3,1	2,8	2,3	0,3	0,8	3,1	2,3	0,3

¹ Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

* Margem EBITDA baseada na Receita Operacional Líquida, excluindo Receitas de Construção

BM&FBovespa: ARTR3
Bloomberg: ARTR3 BZ
Thomson Reuters: ARTR.BR

Atualização em 25/02/2015
Preço Fech.: R\$ 11,28 por ação
Valor de Mercado: R\$ 3,9 bilhões

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13	2014	2013	Var% 2014/2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.126.059	1.156.994	1.001.165	-2,7%	12,5%	4.236.358	3.602.183	17,6%
Receitas de pedágio	639.226	635.956	603.834	0,5%	5,9%	2.431.851	2.300.436	5,7%
Estaduais	370.307	374.326	357.049	-1,1%	3,7%	1.419.962	1.339.489	6,0%
Autovias	89.118	89.704	84.813	-0,7%	5,1%	342.833	321.780	6,5%
Centrovias	98.103	97.422	93.990	0,7%	4,4%	370.838	346.881	6,9%
Intervias	99.796	101.487	97.175	-1,7%	2,7%	385.596	367.927	4,8%
Vianorte	83.290	85.713	81.071	-2,8%	2,7%	320.695	302.901	5,9%
Federais	268.919	261.630	246.785	2,8%	9,0%	1.011.889	960.947	5,3%
Planalto Sul	29.056	31.636	26.879	-8,2%	8,1%	115.028	103.544	11,1%
Fluminense	44.133	42.412	41.270	4,1%	6,9%	165.003	158.958	3,8%
Fernão Dias	64.219	62.451	60.230	2,8%	6,6%	247.026	231.870	6,5%
Régis Bittencourt	69.594	66.959	69.994	3,9%	-0,6%	267.148	270.240	-1,1%
Litoral Sul	61.917	58.172	48.412	6,4%	27,9%	217.684	196.335	10,9%
Outras receitas	9.753	25.981	14.347	-62,5%	-32,0%	47.060	42.877	9,8%
Receitas de obras	477.080	495.057	382.984	-3,6%	24,6%	1.757.447	1.258.870	39,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(56.965)	(58.809)	(60.475)	-3,1%	-5,8%	(218.225)	(224.709)	-2,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.069.094	1.098.185	940.690	-2,6%	13,6%	4.018.133	3.377.474	19,0%
CUSTOS E DESPESAS	(714.005)	(711.818)	(612.031)	0,3%	16,7%	(2.660.913)	(2.144.705)	24,1%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(157.492)	(128.814)	(129.964)	22,3%	21,2%	(572.774)	(511.490)	12,0%
Custo dos serv. de construção	(477.080)	(495.057)	(382.984)	-3,6%	24,6%	(1.757.447)	(1.258.870)	39,6%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(45.520)	(44.970)	(48.774)	1,2%	-6,7%	(174.183)	(166.798)	4,4%
Remuneração da administração	(6.440)	(3.502)	(6.134)	83,9%	5,0%	(19.259)	(21.331)	-9,7%
Despesas tributárias	(1.120)	(561)	(760)	99,6%	47,4%	(3.755)	(3.146)	19,4%
Provisão para manutenção em rodovias	(28.248)	(41.712)	(45.568)	-32,3%	-38,0%	(145.463)	(196.030)	-25,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.896	2.798	2.153	-32,2%	-11,9%	11.968	12.960	-7,7%
EBITDA	355.090	386.367	328.659	-8,1%	8,0%	1.357.220	1.232.769	10,1%
Margem EBITDA*	60,0%	64,1%	58,9%			60,0%	58,2%	
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(98.926)	(87.223)	(77.011)	13,4%	28,5%	(344.689)	(285.745)	20,6%
Depreciações e amortizações	(98.926)	(87.223)	(77.011)	13,4%	28,5%	(344.689)	(285.745)	20,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(79.692)	(77.016)	(79.366)	3,5%	0,4%	(322.374)	(277.767)	16,1%
Receitas financeiras	41.297	32.041	22.743	28,9%	81,6%	127.375	61.061	108,6%
Despesas financeiras	(120.199)	(109.927)	(102.110)	9,3%	17,7%	(450.073)	(338.824)	32,8%
Variação cambial, liq.	(790)	870	1			324	(4)	
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	176.472	222.129	172.282	-20,6%	2,4%	690.157	669.257	3,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(58.873)	(75.675)	(34.664)	-22,2%	69,8%	(233.297)	(202.916)	15,0%
Corrente	(41.248)	(76.595)	(60.911)	-46,1%	-32,3%	(231.128)	(230.600)	0,2%
Diferido	(17.625)	920	26.247	-2016,2%	-167,1%	(2.169)	27.684	-107,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	117.599	146.453	137.618	-19,7%	-14,5%	456.860	466.340	-2,0%

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Desempenho Econômico-Financeiro

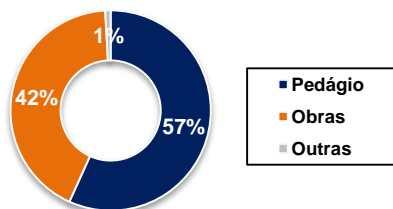
Receita Bruta de Serviços

No 4T14, a Arteris apresentou **crescimento** de **12,5%** em sua **receita bruta**, que totalizou **R\$ 1,1 bilhão**.

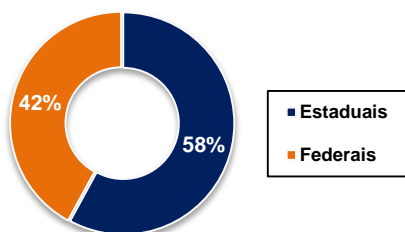
Esta melhora está relacionada ao:

- **Aumento** na linha de **receitas com pedágio (+5,9%)** — suportada pelo crescimento do tráfego pedagiado e maiores tarifas médias, representando 57% ou **R\$ 639,2 milhões** do total da receita bruta;
- **Crescimento** de **24,6%** das **receitas com obras** (sem efeito caixa) que passaram de R\$ 383 milhões no 4T13, para **R\$ 477,1 milhões** neste trimestre — tendo origem em maiores investimentos da Companhia na infraestrutura de suas rodovias federais e;
- À contribuição de “**outras receitas**” (**R\$ 9,7 milhões**) mesmo tendo sido 32% menores em relação ao 3T13 — já que a partir do 2T14, as receitas de conservação e pavimentação das rodovias realizadas pelas construtoras do grupo deixaram de fazer parte desta linha.

Composição da Receita Bruta 4T14



Composição da Receita de Pedágio 4T14



No **acumulado do ano**, a receita bruta da Companhia alcançou **crescimento** de **17,4%** em relação a 2013, com um total de **R\$ 4,2 bilhões**.

Receita de Pedágio

A combinação de **maiores tarifas** médias consolidadas **(+3,0%)** e o **crescimento** do total de **veículos pedagiados (+2,7%)** em relação ao 4T13, foi o que contribuiu para a receita de pedágio da companhia ter registrado **melhora** de **5,9%** com um total de **R\$ 639,2 milhões** no 4T14.

As **concessões estaduais** foram responsáveis por **58% deste total (R\$ 370 milhões)** e **cresceram 3,7%**, tendo registrado no **acumulado do ano** uma **expansão** de **6,0%** frente a 2013, totalizando **R\$ 1,4 bilhão** no exercício.

Já as **rodovias federais** tiveram uma **melhora** ainda maior, de **9,0%** com **R\$ 268,9 milhões** no trimestre e **R\$ 1 bilhão** em 2014 **(+5,3%)**.

Desta forma, a Arteris, ao final de 2014, registrou **crescimento** de **5,7%** no total das receitas provenientes da cobrança de pedágio, que foram de **R\$ 2,4 bilhões** no exercício.

Tráfego Pedagiado: O **volume total** de tráfego pedagiado da Companhia no **4T14**, foi de **190.048 mil veículos equivalentes**, **crescimento** de **2,7%** em relação ao 4T13.

No **acumulado do ano**, a Arteris totalizou **726.295 mil veículos equivalentes**, volume **1,3% superior** ao total do ano anterior.

Veículos Equivalentes (Mil)	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13	¹ Bases Comparáveis 4T14 / 4T13	2014	2013	Var% 2014/2013	² Bases Comparáveis 2014 / 2013
Estaduais	54.128	54.833	55.109	-1,3%	-1,8%	-1,8%	213.097	206.864	3,0%	3,0%
Autovias	12.412	12.525	12.484	-0,9%	-0,6%	-0,6%	48.939	47.422	3,2%	3,2%
Centrovias	14.935	14.949	15.232	-0,1%	-2,0%	-2,0%	58.336	56.233	3,7%	3,7%
Intervias	16.940	17.231	17.312	-1,7%	-2,1%	-2,1%	66.937	65.479	2,2%	2,2%
Vianorte	9.841	10.127	10.080	-2,8%	-2,4%	-2,4%	38.885	37.729	3,1%	3,1%
Federais	135.920	131.892	129.871	3,1%	4,7%	1,0%	513.198	510.233	0,6%	1,1%
Planalto Sul	7.572	8.321	7.411	-9,0%	2,2%	2,2%	30.185	28.704	5,2%	5,2%
Fluminense	12.974	12.471	12.496	4,0%	3,8%	3,8%	48.653	48.422	0,5%	3,6%
Fernão Dias	42.440	41.620	42.627	2,0%	-0,4%	-0,4%	164.275	165.213	-0,6%	-0,6%
Régis Bittencourt	38.556	37.177	38.870	3,7%	-0,8%	-0,8%	148.263	150.105	-1,2%	-1,2%
Litoral Sul	34.378	32.302	28.468	6,4%	20,8%	3,9%	121.823	117.787	3,4%	4,3%
Total	190.048	186.724	184.980	1,8%	2,7%	0,1%	726.295	717.096	1,3%	1,6%

(1) Bases comparáveis, ao ajustar os efeitos não recorrentes do fechamento e posterior reabertura da Praça P5 na Autopista Litoral Sul
(2) Bases comparáveis ao ajustar os efeitos não recorrentes do fechamento das praças P1 e P2 na Autopista Fluminense (entre janeiro e fevereiro de 2014) e da Praça P5 na Autopista Litoral Sul

Já em **bases comparáveis**^{(1);(2)}, o crescimento do tráfego pedagiado foi de **0,1%** na comparação entre o 4T13 e o 4T14 e de **1,6%** na comparação anual.

(1) Bases comparáveis, ao ajustar os efeitos não recorrentes do fechamento e posterior reabertura da Praça P5 na Autopista Litoral Sul
(2) Bases comparáveis ao ajustar os efeitos não recorrentes do fechamento das praças P1 e P2 na Autopista Fluminense (entre janeiro e fevereiro de 2014) e da Praça P5 na Autopista Litoral Sul

O aumento do volume do tráfego pedagiado em 2014, em um ano em que o país apresentou estagnação econômica, demonstra certa resiliência do setor em momentos de baixo crescimento em função do perfil do setor de transportes no Brasil — gargalos logísticos com concentração do modal rodoviário e rodovias concessionadas como melhor opção frente à malha viária estatal. Por outro lado, a Companhia e o setor já vivenciaram momentos de maior expansão no passado e sentiram um arrefecimento em termos de volume ao longo do último ano na esteira do cenário macroeconômico que o país vem apresentando.

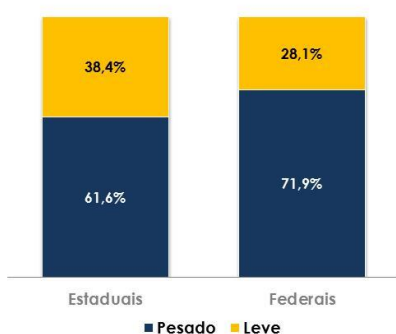
Isto se confirma na análise da evolução do tráfego pedagiado entre veículos leves e pesados ao longo do ano. Enquanto o total de **veículos leves** apresentou **crescimento em praticamente todo o ano** ainda suportado pelo nível de renda das famílias e baixas taxas de desemprego, não se pode dizer o mesmo em relação aos **pesados**, que impactados pela retração na atividade industrial a exemplo do setor automotivo e os efeitos da Copa do Mundo, tiveram sucessivas quedas no decorrer de 2014.

Ainda em relação aos **veículos pesados**, o crescimento extraordinário apresentado pelas **rodovias estaduais** no primeiro semestre deveu-se ao início da cobrança dos **eixos suspensos*** a partir de julho de 2013. Já na segunda metade do ano, quando se passou a ter novamente o volume de veículos equivalentes em bases comparáveis, a queda no total de caminhões tornou-se latente. No caso das **federais**, as rodovias que apresentaram os piores desempenhos foram justamente aquelas em que o perfil da carga transportada em seus trechos estava diretamente relacionado ao PIB industrial, notadamente a Autopista Régis Bitencourt e Rodovia Fernão Dias.

Especificamente nos casos das Autopistas **Planalto Sul (+5,2%** na comparação anual) e **Litoral Sul (+3,4%** na comparação anual), a primeira recebeu no 3T14 veículos de rodovias paralelas que se encontravam com trechos interditados em função de fortes chuvas na região e a segunda apresentou um extraordinário crescimento no segundo semestre em função da reabertura no dia 20 de junho de uma praça de pedágio que estava em processo de transferência de localidade a pedido da ANTT.

A **composição do tráfego pedagiado** (medida em veículos equivalentes) no 4T14 foi de **61,6%** de **veículos pesados** e **38,4%** de **veículos leves** nas **concessões estaduais**; e de **71,9%** de **veículos pesados** e **28,1%** de **veículos leves** nas **concessões federais**.

**Composição do Tráfego
(Veículos Equivalentes)
4T14**



Tarifa Média: A **tarifa média consolidada** praticada pela Arteris em suas praças de pedágio no 4T14 foi de **R\$ 3,36**, representando um **incremento** de **3,0%** em relação à tarifa média do 4T13.

Na **comparação anual**, a tarifa média passou de R\$ 3,21 em 2013 para R\$ 3,35 em 2014, aumento de 4,4%.

Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equív.)	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13	2014	2013	Var% 2014/2013
Estaduais	6,84	6,83	6,48	0,2%	5,6%	6,66	6,48	2,9%
Autovias	7,18	7,16	6,79	0,2%	5,7%	7,01	6,79	3,2%
Centrovias	6,57	6,52	6,17	0,8%	6,5%	6,36	6,17	3,1%
Intervias	5,89	5,89	5,61	0,0%	5,0%	5,76	5,62	2,5%
Vianorte	8,46	8,46	8,04	0,0%	5,2%	8,25	8,03	2,7%
Federais	1,98	1,98	1,90	-0,3%	4,1%	1,97	1,88	4,7%
Planalto Sul	3,84	3,80	3,63	0,9%	5,8%	3,81	3,61	5,6%
Fluminense	3,40	3,40	3,30	0,0%	3,0%	3,39	3,28	3,3%
Fernão Dias	1,51	1,50	1,41	0,8%	7,1%	1,50	1,40	7,1%
Régis Bittencourt	1,81	1,80	1,80	0,2%	0,2%	1,80	1,80	0,1%
Litoral Sul	1,80	1,80	1,70	0,0%	5,9%	1,79	1,67	7,2%
Total	3,36	3,41	3,26	-1,2%	3,0%	3,35	3,21	4,4%

Depois de um período em que as tarifas das **concessões estaduais** se mantiveram inalteradas — em 2013 não houve o reajuste anual em atendimento a uma determinação do Governo do Estado de São Paulo — em **1º de julho de 2014** foi **concedido o reajuste tarifário** para todas as concessões do estado. Porém, de forma unilateral, o Poder Concedente, através da ARTESP, efetuou ajustes nas tarifas de cada concessionária em função dos resultados auferidos pela adição dos eixos suspensos, segundo estudos desenvolvidos pela própria ARTESP. Isto é o que justifica diferentes variações percentuais de tarifas entre as concessões estaduais na comparação do 4T13 com o 4T14.

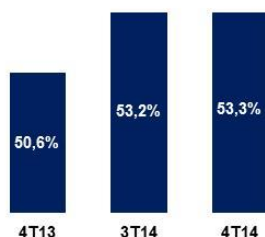
A Companhia discordou dos cálculos e metodologia adotados pela ARTESP para a definição das tarifas de 2014 e adotou todas as medidas necessárias para garantir os seus direitos e o que determina os contratos de concessão. Assim, em 18 de setembro de 2014, a Centrovias obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio (6,37% face ao percentual de 5,04% que havia sido aplicado) e as demais concessionárias estaduais continuam buscando a mesma decisão pelas vias judiciais. Desta forma, a **tarifa média** consolidada do 4T14 para as concessões estaduais foi de **R\$ 6,84**, **5,6%** superior à cobrada no 4T13.

Já as **concessionárias federais**, tiveram ao longo deste ano e do exercício anterior todos os reajustes de tarifas conforme preveem os respectivos contratos de concessão, levando-se em consideração a variação acumulada do IPCA, eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos e critérios de arredondamento. Os reajustes ocorrem sempre em fevereiro de cada ano para as Autopistas Fluminense e Litoral Sul e em dezembro para as Autopista Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul. A **tarifa média** consolidada do 4T14 para as concessões federais foi de **R\$ 1,98**, **4,1%** superior à cobrada no 4T13.

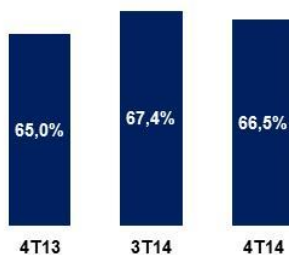
Ao final de 2014 e início de 2015, a ANTT autorizou a Companhia a incluir no cálculo das tarifas que entraram em vigor a partir dos últimos dias de 2014 e para todo o ano de 2015, **incrementos adicionais ao repasse integral da inflação** de forma a **remunerar investimentos adicionais (aditivos)** para a melhoria/readequação da infraestrutura das rodovias federais a serem realizados ao longo dos próximos anos (*maiores detalhes na seção aditivos contratuais deste relatório*). As novas tarifas estão demonstradas na tabela a seguir:

Concessionárias	Tarifa anterior	Nova Tarifa	Var%	Em vigor a partir de
Autopista Fernão Dias	1,50	1,60	6,7%	19/12/2014
Autopista Planalto Sul	3,80	4,10	7,9%	19/12/2014
Autopista Régis Bittencourt	1,80	2,00	11,1%	29/12/2014
Autopista Fluminense	3,40	3,80	11,8%	02/02/2015
Autopista Litoral Sul	1,80	1,90	5,6%	22/02/2015

AVI Federais



AVI Estaduais



Meios Eletrônicos: No 4T14, a receita com cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou dois terços da arrecadação (66,5%), contra 65,0% no 4T13. Nas concessionárias federais, o percentual médio da receita com cobrança eletrônica foi de 53,3% no 4T14 contra 50,6% no 4T13. A seguir, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos:

Receita de Obras

Foram de **R\$ 477,1 milhões** no **4T14**, registradas conforme as regras contábeis advindas do IFRS que determina que se totalizem nesta linha da receita os investimentos em melhorias em ativos intangíveis — não tendo, portanto efeito caixa. Dado o atual e crescente ciclo de obras apresentado pelas rodovias federais esta rubrica apresentou um **aumento de 24,6%** em relação ao 4T13.

No **acumulado do ano**, a Companhia totalizou **R\$ 1,8 bilhão** de receitas de obras, **crecimento de 39,6%** em relação a 2013.

Outras Receitas

As **outras receitas** são compostas exclusivamente de **receitas acessórias** oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. No **4T14**, estas receitas foram de **R\$ 9,7 milhões**, **retração de 32%** em relação ao mesmo período do ano anterior uma vez que até o 2T14 as receitas de conservação e pavimentação das rodovias realizadas pelas construtoras do grupo que até então eram registradas nesta linha passaram a ser classificadas como parte das “*outras despesas operacionais líquidas*”.

Apesar disto, no **acumulado do ano**, as outras receitas apresentaram um **crecimento de 9,8%** na comparação com 2013, com um total de **R\$ 47,1 milhões**, uma vez que no 3T14, foi registrado uma receita extraordinária na Autopista Fernão Dias originada da cobrança retroativa (desde 2008) pelo uso da faixa de domínio desta concessionária por empresas de telecomunicações (fibra ótica).

No 4T14, o total da linha de “Outras Receitas” foi de R\$ 9,7 milhões (-32,0% ou +17,2% em bases comparáveis) e ao longo do exercício de 2014 totalizou R\$ 47,1 milhões (+9,8% ou +117,8% em bases comparáveis).

Receita Líquida de Serviços e Deduções da Receita

Influenciada principalmente pelo aumento das receitas com pedágio e da receita de obras, a Companhia apresentou **crecimento de 13,6%** no total de sua **receita líquida** que foi de **R\$ 1,1 bilhão** no 4T14. Pelos mesmos motivos e também pelo incremento das outras receitas no **acumulado do ano**, a receita líquida atingiu **R\$ 4 bilhões**, uma **melhora de 19%** em relação a 2013.

Já as **deduções da receita**, compostas por tributos como PIS, COFINS e ISS, foram de **R\$ 57 milhões (-5,8%)** no **4T14** e de **R\$ 218,2 milhões (-2,9%)** em **2014**.

Custos e Despesas

O **total de custos e despesas** da Companhia no 4T14 foi de R\$ 812,9 milhões, o que representou um incremento de 18% (ou R\$ 123,9 milhões de aumento) em relação ao mesmo período do ano passado. Porém grande parte desta variação guarda relação com linhas de custos não caixa, como é o caso dos custos com construção que subiram R\$ 94,1 milhões em função de maiores investimentos realizados pela Companhia no período.

Os **custos caixa** foram de R\$ 208,7 milhões no 4T14 (+13,7%) e no acumulado do ano representaram R\$ 758 milhões (+9,9%).

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13	2014	2013	Var% 2014/2013
Serviços de terceiros	(69.331)	(44.046)	(57.438)	57,4%	20,7%	(213.728)	(197.894)	8,0%
Pessoal	(58.123)	(54.662)	(55.907)	6,3%	4,0%	(219.012)	(211.656)	3,5%
Conservação	(20.839)	(32.111)	(28.709)	-35,1%	-27,4%	(104.936)	(100.807)	4,1%
Verba de fiscalização	(9.743)	(9.710)	(9.224)	0,3%	5,6%	(38.773)	(36.689)	5,7%
Custos com Poder Concedente	(5.955)	(5.952)	(7.521)	0,1%	-20,8%	(22.660)	(32.554)	-30,4%
Seguros e garantias	(6.300)	(6.604)	(5.582)	-4,6%	12,9%	(25.028)	(21.306)	17,5%
Remuneração da administração	(6.440)	(3.502)	(6.134)	83,9%	5,0%	(19.259)	(21.331)	-9,7%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(8.302)	7.615	(484)	-209,0%	1615,3%	(9.576)	(3.960)	141,8%
Despesas tributárias	(1.120)	(561)	(760)	99,6%	47,4%	(3.755)	(3.146)	19,4%
Outras despesas operacionais, liq.	(22.524)	(25.516)	(11.720)	-11,7%	92,2%	(101.276)	(60.462)	67,5%
Subtotal (Custo Caixa)	(208.677)	(175.049)	(183.479)	19,2%	13,7%	(758.003)	(689.805)	9,9%
% Custo Caixa / Receita Líquida (ex-construção)	35,2%	29,0%	32,9%	6,2 p.p.	2,3 p.p.	33,5%	32,6%	1,0 p.p.
Custo dos serviços de construção	(477.080)	(495.057)	(382.984)	-3,6%	24,6%	(1.757.447)	(1.258.870)	39,6%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(28.248)	(41.712)	(45.568)	-32,3%	-38,0%	(145.463)	(196.030)	-25,8%
Depreciação e Amortização	(98.926)	(87.223)	(77.011)	13,4%	28,5%	(344.689)	(285.745)	20,6%
Total	(812.931)	(799.041)	(689.042)	1,7%	18,0%	(3.005.602)	(2.430.450)	23,7%

Com relação à evolução dos “custos caixa”, na comparação com o 4T13, destaca-se:

Consideração Importante para uma melhor análise dos custos da Companhia

No 2T14, de forma a parametrizar o resultado da Companhia a alguns dos critérios adotados por seu acionista controlador, foi realizado naquele trimestre ajustes/reclassificações “entre linhas” na composição dos custos e despesas (**itens marcados com um asterisco***). Estas reclassificações referem-se ao tratamento dado às construtoras do grupo, Latina Manutenção e Latina Sinalização, em relação ao processo de consolidação das demonstrações financeiras e não afetam **os resultados da Companhia (EBITDA e Lucro)**. Os números do 4T14 estão alinhados a estes critérios e para uma maior comparabilidade com o 4T13 (ajustado), consulte o **anexo 4** deste relatório.

- **Custos com serviços de terceiros(*)**: No 4T14, estes custos foram de R\$ 69,3 milhões, aumento de 20,7% em relação ao 4T13. Em bases comparáveis o aumento foi de 38,6% (vide anexo 4). Este incremento está relacionado aos reajustes anuais por inflação dos contratos de prestação de serviços para a Companhia, aos dissídios dos profissionais terceirizados do grupo e pela ampliação do escopo da operação das rodovias — maior número de atendimentos de socorro mecânico e hospitalar aos usuários, início da operação de radares, entre outros — de acordo com o nível de serviço exigido por contrato e por solicitações do próprio poder concedente, nestes casos passível de reequilíbrio. Adicionalmente, uns dos itens que mais influenciou o aumento desta linha foram novas despesas de publicidade, propaganda e reforço de marca, em linha com as diretrizes estratégicas da companhia de fortalecimento da imagem corporativa somado aos esforços de ações de responsabilidade social. Pelos mesmos motivos, no acumulado do ano esta linha apresentou (em bases comparáveis) crescimento de 18,6% em relação a 2013, totalizando R\$ 213,7 milhões.
- **Custos com pessoal(*)**: Sofreram incremento em função dos dissídios coletivos para todos os funcionários do grupo entre os períodos, aumento no total de funcionários alocados na *holding* — pela centralização de algumas funções administrativas antes realizadas no nível das concessionárias — e impactos da internalização de algumas funções que anteriormente eram terceirizadas (no 4T14, por exemplo, as funções de arrecadação da Autovias, passaram a ser realizadas com funcionários próprios). No 4T14, o total destes custos foi de R\$ 58,1 milhões (+4% ou +11% em bases comparáveis) e ao longo do exercício de 2014 totalizou R\$ 219 milhões (+3,5% ou +10% em bases comparáveis).
- **Conservação**: Este custo varia de acordo com a necessidade pontual de reparos nas rodovias. Em relação ao 4T13, registrou redução de 27,4% totalizando R\$ 20,8 milhões. Já no comparativo anual, o volume de intervenções no pavimento e na infraestrutura das estradas concessionadas foi de R\$ 104,9 milhões, aumento de 4,1% em relação a 2013.

- **Verba de Fiscalização:** Corresponde aos valores pagos pelas rodovias federais ao poder concedente (ANTT) e são reajustados anualmente pelo IPCA. Foi de R\$ 9,7 milhões no 4T14, com aumento de 5,7% em relação ao 4T13, mesma variação registrada no acumulado do ano.
 - **Custos com o poder concedente:** Referem-se aos repasses das concessões estaduais ao poder concedente do Estado de São Paulo (ARTESP) correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio destas rodovias. No 4T14, os valores pagos foram de R\$ 5,9 milhões. Já no acumulado do ano, o total destes custos foram de R\$ 22,7 milhões, com redução de 30,4% em relação a 2013, uma vez que até julho daquele ano os repasses correspondiam a 3% da receita bruta de pedágio das concessões estaduais.
 - **Seguros e garantias:** No 3T14, a Companhia revisou sua política de riscos de forma a mitigar impactos em seu balanço patrimonial. As apólices e o escopo de coberturas de seguros, por exemplo, foram revistos levando-se em conta o aumento do volume de obras seguradas e reavaliações de riscos operacionais a partir dos níveis recorrentes de sinistralidade. Neste sentido, o total desta rubrica, no valor de R\$ 6,3 milhões no trimestre, foi 12,9% superior ao registrado no 4T13. Em 2014, estes custos foram de R\$ 25 milhões, 17,5% maiores que o exercício anterior.
 - **Remuneração da administração(*):** Registrou um aumento de 5% ou 8,3% em bases comparáveis (vide o anexo 4) em relação ao 4T13. Assim como os demais profissionais do grupo, os diretores da Companhia receberam os respectivos dissídios coletivos. Já no acumulado do ano, houve uma redução de 9,7% (ou -6,5% em bases comparáveis) em relação a 2013, refletindo alterações na estrutura administrativa da *holding*.
 - **Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** Os valores dessa rubrica estão relacionados à expectativa de perda provável dos processos em que a Arteris e suas controladas são parte. No 4T14, os valores registrados foram de R\$ 8,3 milhões e no acumulado do ano o valor líquido registrado como provisão ficou em R\$ 9,6 milhões, variação que contempla o saldo relacionado ao pagamento de multas devidas à ANTT.
 - **Outras despesas operacionais(*):** Referem-se à margem dos serviços de obras das construtoras do grupo, prestados exclusivamente para a Arteris, além de outros itens relacionados à operação das concessionárias da Companhia. A margem das construtoras do grupo compõe a maior parte do total de “outras despesas operacionais” e é de caráter variável, dependendo do volume de obras contratadas pelas concessionárias da Companhia em detrimento às construtoras terceirizadas. Neste trimestre, o total das outras despesas foi de R\$ 22,5 milhões, apresentando uma variação de R\$ 10,8 milhões em relação ao 4T13, sendo que em bases comparáveis a queda foi de -5,8%. Estas despesas, no total de R\$ 101,3 milhões em 2014, apresentaram um crescimento de 67,5% (ou 9,1% em bases comparáveis), principalmente em função das margens negativas apresentadas pelas construtoras do grupo no 2T14 e agora no 4T14 (*o EBITDA das construtoras, que foi negativo nestes trimestres, pode ser observado na tabela da pág. 11 que apresenta uma abertura desta linha entre as empresas do grupo*).
-

Em relação aos “custos não caixa” destaca-se:

- **Custos dos serviços de construção:** Da mesma forma e no mesmo valor das receitas de obras, estão relacionados à representação contábil dos investimentos da Companhia em ativos intangíveis — em sua quase totalidade direcionados a melhorias da infraestrutura das rodovias federais. O crescimento destes investimentos é o que justifica o aumento de 24,6% destes custos não caixa que totalizaram R\$ 477,1 milhões no 4T14 e R\$ 1,8 bilhão em 2014 (+39,6%).
 - **Provisões para manutenção:** Referem-se à constituição de reservas relacionadas a desembolsos futuros para obras de manutenção e renovação de pavimentos nas rodovias sob concessão. A Companhia ajusta trimestralmente os montantes provisionados na medida em que revê e atualiza as expectativas em relação ao momento e aos valores que serão desembolsados. Dado o que já havia sido provisionado em trimestres anteriores, o valor constituído neste trimestre foi de R\$ 28,2 milhões, totalizando um montante total provisionado ao longo de 2014 de R\$ 145,5 milhões.
 - **Depreciações e amortizações:** Relacionam-se à adoção de regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão, sendo ponderada pela curva de tráfego projetada para cada rodovia. Desta forma, o aumento da base de intangíveis em função dos investimentos da Companhia e o constante crescimento do tráfego, vêm contribuindo para o aumento dos valores amortizados. No 4T14, o total registrado foi de R\$ 98,9 milhões (+28,5%) e no acumulado do ano, as amortizações e depreciações somaram R\$ 344,7 milhões (+20,6%).
-

EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional da Arteris medido por seu EBITDA registrou um crescimento de 8% no 4T14 em relação ao mesmo período do ano passado e totalizou R\$ 355,1 milhões. Esta expansão está associada principalmente ao crescimento das receitas com pedágio entre os períodos e um menor patamar de provisões para manutenção de rodovias. A margem EBITDA* foi de 60% no trimestre, com aumento de 1,0 p.p. em relação à margem EBITDA do 4T13.

No acumulado do ano, o EBITDA da Companhia atingiu R\$ 1,4 bilhão com crescimento de 10,1% e também margem* de 60% (+1,8 p.p.).

Já o EBITDA ajustado pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem “efeito caixa”, registrou uma melhora de 2,4%, com um total de R\$ 383,3 milhões e margem* de 64,8% (-2,3 p.p.). No acumulado de 2014, o EBITDA ajustado foi de R\$ 1,5 bilhão, alta de 5,2% na comparação com 2013 e com margem ajustada de 66,5% (-1,0 p.p.).

(Em milhares de reais)	EBITDA							
	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13	2014	2013	Var% 2014/2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.069.094	1.098.185	940.690	-2,6%	13,6%	4.018.133	3.377.473	19,0%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(714.005)	(711.818)	(612.031)	0,3%	16,7%	(2.660.913)	(2.144.705)	24,1%
EBITDA ¹	355.090	386.367	328.659	-8,1%	8,0%	1.357.220	1.232.768	10,1%
Margem EBITDA*	60,0%	64,1%	58,9%	-4,1 p.p.	1,0 p.p.	60,0%	58,2%	1,8 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	28.248	41.712	45.568	-32,3%	-38,0%	145.463	196.030	-25,8%
EBITDA Ajustado ²	383.338	428.079	374.227	-10,5%	2,4%	1.502.683	1.428.798	5,2%
Margem EBITDA Ajustada*	64,8%	71,0%	67,1%	-6,2 p.p.	-2,3 p.p.	66,5%	67,4%	-1,0 p.p.

* A Margem EBITDA e margem EBITDA ajustada, considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

É importante mencionar em relação ao EBITDA consolidado da Arteris, que o mesmo é composto não só pelo resultado das suas concessionárias estaduais e federais, uma vez que carrega também a estrutura da *holding* da Companhia e suas empresas construtoras.

Neste sentido, para uma melhor análise do **resultado operacional** da Companhia, apresentamos a **abertura** do **EBITDA Ajustado**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Ebitda Ajustado (R\$ Mil)	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13	2014	2013	Var% 2014/2013
Ebitda Ajustado - Consolidado	383.338	428.079	374.226	-10,5%	2,4%	1.502.683	1.428.798	5,2%
Estaduais	268.434	279.411	268.552	-3,9%	0,0%	1.046.498	998.813	4,8%
Federais	116.318	133.267	107.851	-12,7%	7,9%	442.580	436.797	1,3%
Holding	557	720	(11.165)	-22,6%	-105,0%	2.197	(23.284)	-109,4%
Construtoras	(1.971)	14.681	8.988	-113,4%	-121,9%	11.408	16.472	-30,7%

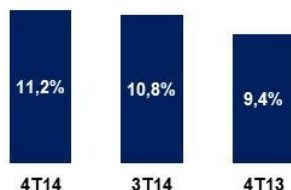
Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas da Arteris para o 4T14:

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	81.898	12.790	94.688	(24.150)	(12.790)	(36.939)	57.749	6.878	64.627	78,9%
Centrovias	90.201	1.647	91.848	(37.446)	(1.647)	(39.093)	52.755	19.537	72.292	80,1%
Intervias	92.527	12.871	105.398	(30.450)	(12.871)	(43.321)	62.077	8.647	70.725	76,4%
Vianorte	76.464	5.012	81.476	(10.136)	(5.012)	(15.148)	66.328	(5.538)	60.790	79,5%
Estaduais	341.090	32.320	373.410	(102.182)	(32.320)	(134.502)	238.909	29.524	268.434	78,7%
Planalto Sul	26.959	68.232	95.191	(17.352)	(68.232)	(85.585)	9.606	(245)	9.361	34,7%
Fluminense	40.867	77.030	117.897	(20.901)	(77.030)	(97.933)	19.965	(114)	19.851	48,6%
Fernão Dias	58.720	69.881	128.601	(34.708)	(69.881)	(104.589)	24.012	(476)	23.536	40,1%
Régis Bittencourt	63.636	102.374	166.010	(30.325)	(102.374)	(132.699)	33.311	(189)	33.122	52,0%
Litoral Sul	60.742	127.243	187.985	(30.042)	(127.243)	(157.285)	30.701	(252)	30.449	50,1%
Federais	250.924	444.760	695.684	(133.328)	(444.760)	(578.088)	117.594	(1.276)	116.318	46,4%
Total Concessionárias	592.014	477.080	1.069.094	(235.510)	(477.080)	(712.590)	356.503	28.248	384.752	65,0%
Arteris Holding	0	0	0	557	0	557	557		557	
Construtoras	0	108.288	108.288	0	(110.259)	(110.259)	(1.971)		(1.971)	
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação		(108.288)	(108.288)	(1.971)	110.259	108.288	0		0	
Total	592.014	477.080	1.069.094	(236.923)	(477.080)	(714.005)	355.090	28.248	383.338	64,8%

E para o ano de 2014:

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	315.166	57.995	373.161	(102.103)	(57.995)	(160.098)	213.063	38.173	251.236	79,7%
Centrovias	341.251	6.451	347.702	(100.752)	(6.451)	(107.203)	240.499	38.735	279.234	81,8%
Intervias	356.725	44.798	401.523	(109.299)	(44.798)	(154.097)	247.426	32.597	280.023	78,5%
Vianorte	295.007	24.466	319.473	(63.573)	(24.466)	(88.039)	231.434	4.571	236.005	80,0%
Estaduais	1.308.149	133.710	1.441.859	(375.727)	(133.710)	(509.437)	932.422	114.076	1.046.498	80,0%
Planalto Sul	105.597	197.213	302.810	(66.264)	(197.213)	(263.477)	39.333	3.464	42.797	40,5%
Fluminense	151.099	332.654	483.753	(83.932)	(332.654)	(416.586)	67.167	1.190	68.357	45,2%
Fernão Dias	244.255	242.721	486.976	(150.086)	(242.721)	(392.807)	94.169	14.545	108.714	44,5%
Régis Bittencourt	245.550	435.615	681.165	(123.894)	(435.615)	(559.509)	121.656	6.117	127.773	52,0%
Litoral Sul	206.036	415.534	621.570	(117.168)	(415.534)	(532.702)	88.868	6.071	94.939	46,1%
Federais	952.537	1.623.737	2.576.274	(541.344)	(1.623.737)	(2.165.081)	411.193	31.387	442.580	46,5%
Total Concessionárias	2.260.686	1.757.447	4.018.133	(917.071)	(1.757.447)	(2.674.518)	1.343.615	145.463	1.489.078	65,9%
Arteris Holding	0	0	0	2.197	0	2.197	2.197	0	2.197	
Construtoras	0	488.362	488.362	0	(476.955)	(476.955)	11.408	0	11.408	
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	0	(488.362)	(488.362)	11.408	476.955	488.363	0	0	0	
Total	2.260.686	1.757.447	4.018.133	(903.467)	(1.757.447)	(2.660.913)	1.357.220	145.463	1.502.683	66,5%

Taxa DI (média trimestral)



IGP-M (trimestral)



IPCA (trimestral)



Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13	2014	2013	Var% 2014/2013
Receitas Financeiras	41.297	32.041	22.743	28,9%	81,6%	127.375	61.061	108,6%
Juros Ativos	2.431	633	322	283,7%	654,8%	4.256	983	333,0%
Aplicações Financeiras	38.790	31.186	22.200	24,4%	74,7%	122.514	58.468	109,5%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	0	0	71	-	-	0	71	-
Outras Receitas	77	221	150	-65,2%	-48,7%	605	1.539	-60,7%
Despesas Financeiras	(120.199)	(109.927)	(102.110)	9,3%	17,7%	(450.073)	(338.824)	32,8%
Encargos Financeiros	(104.304)	(107.738)	(80.009)	-3,2%	30,4%	(383.045)	(263.120)	45,6%
Atualização do Ônus da Concessão	(6.377)	(2.238)	(8.573)	184,9%	-25,6%	(22.093)	(28.505)	-22,5%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(6.799)	(3.440)	(6.688)	97,6%	1,7%	(26.958)	(22.713)	18,7%
Outras Despesas	(2.719)	3.489	(6.840)	-177,9%	-60,2%	(17.977)	(24.486)	-26,6%
Variação Cambial, liq.	(790)	870	1	-190,8%	-79100,0%	324	(4)	-8200,0%
Resultado Financeiro	(79.692)	(77.016)	(79.366)	3,5%	0,4%	(322.374)	(277.767)	16,1%

O **resultado financeiro** da Arteris no 4T14 foi **negativo** em **R\$ 79,7 milhões**, variação de **3,5%** em relação ao registrado no 3T14.

Contribuiu para esta diferença:

- Um **aumento** de **28,9%** das **receitas financeiras** — suportado por maiores volumes provenientes de aplicações financeiras — em função do aumento das captações ao final do exercício (emissões de debêntures), o que proporcionou um maior caixa médio aplicado no período, cuja remuneração está atrelada ao CDI que passou de 10,8% no 3T14 para 11,2% no 4T14.
- Um **aumento** de **9,3%** nas **despesas financeiras** apesar da queda de 3,2% nos encargos financeiros, explicado por:
 - Crescimento na atualização do ônus da concessão (184,9%) que é ajustada pelo IGP-M que apresentou relevante aumento entre os trimestres;
 - Variação na reversão de AVP (97,6%) pela atualização do cronograma dos investimentos previamente provisionados

Lucro Líquido

No 4T14, a Companhia registrou **R\$ 117,6 milhões** de **lucro líquido**. Apesar do crescimento da receita líquida e do EBITDA no entre os trimestres, o lucro sofreu uma retração de 14,5% na comparação com o mesmo período do exercício anterior, principalmente em função de impactos provenientes da linha do imposto de renda e contribuição social, uma vez que no 4T13, a Companhia registrou um imposto diferido ativo de R\$ 25,0 milhões relativo a despesas pré-operacionais nas concessões federais, o que impactou a comparação do lucro líquido entre os períodos. Se excluirmos este efeito, o lucro líquido de 2014 em relação a 2013 teria apresentado um crescimento de 4,8%.

Também impactou o lucro, itens não caixa, como o aumento das amortizações e a variação do resultado financeiro líquido, principalmente na comparação anual.

No **acumulado do ano**, **lucro líquido** apresentou um recuo de 2% frente a 2013, totalizando **R\$ 456,9 milhões**.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2014, a **dívida líquida** da Companhia totalizou **R\$ 4,4 bilhões**, com **aumento de 10,0%** ou R\$ 396,7 milhões em relação a 30 de Setembro de 2014.

Endividamento (Em milhares de reais)	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13
Dívida Bruta	6.052.505	5.061.087	4.124.728	19,6%	46,7%
Curto Prazo	1.078.249	967.638	288.482	11,4%	273,8%
Longo Prazo	4.974.256	4.093.449	3.836.246	21,5%	29,7%
Posição de Caixa	1.669.688	1.075.242	1.040.898	55,3%	60,4%
Caixa e equivalentes de caixa	1.410.451	866.853	929.911	62,7%	51,7%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	259.237	208.389	110.987	24,4%	133,6%
Dívida Líquida	4.382.817	3.985.845	3.083.830	10,0%	42,1%

¹ Curto e longo prazos

Este aumento, em relação ao trimestre anterior, está associado principalmente à:

- **Aumento de R\$ 991,4 milhões do endividamento bruto**, relacionado às seguintes movimentações:
 - Desembolsos de empréstimos de longo prazo junto ao BNDES, no total de R\$ 204,9 milhões;
 - Amortização de R\$ 41,4 milhões referentes a financiamentos BNDES;
 - R\$ 52,9 milhões relativos a juros acruados nas operações de financiamento da companhia;
 - Emissão de debêntures totalizando o montante de R\$ 775 milhões (*veja maiores detalhes abaixo*) — Intervias no montante de R\$ 375 milhões, Arteris no valor de R\$ 300 milhões e Fernão Dias no valor de R\$ 100 milhões, contribuindo para o;
- **Aumento de R\$ 594,4 milhões na posição de caixa** (caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras vinculadas), proveniente da captação de novos recursos ao final do 4T14 através da emissão de debêntures (*vide descrição nesta seção*).

Emissões de Debêntures

Arteris e Concessionárias Federais

- Em 1º de outubro de 2014, a Companhia realizou a segunda emissão de R\$ 300 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, em regime de garantia firme, da espécie quirografária, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. As debêntures têm prazo de vencimento de 3 anos (1º de outubro de 2017), sendo amortizado a partir do 24º mês contado da Data de Emissão, em 3 (três) parcelas semestrais e sucessivas, devidas sempre nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 01 de outubro de 2016, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures. A remuneração das debêntures foi definida em CDI+ 1,28%. Os recursos líquidos desta operação foram destinados para o financiamento de investimentos, por meio de aportes de capital e mútuos, das companhias Autopista Fernão Dias S.A., Autopista Fluminense S.A., Autopista Litoral Sul S.A., Autopista Planalto Sul S.A. e Autopista Régis Bittencourt S.A., todas concessionárias de rodovias federais, controladas pela Companhia.

- Em 15 de dezembro de 2014, a Concessionária Autopista Fernão Dias S.A., controlada da Companhia, realizou sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, em regime de garantia firme, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, no total de R\$ 100 milhões as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Com vencimento em 18 meses, vencendo, portanto em 15 de junho de 2016, sendo integralmente amortizado na data de vencimento. A remuneração das debêntures foi definida em CDI + 1,15%. Os recursos líquidos obtidos pela concessionária com a emissão foram destinados para suportar investimentos previstos em seu plano de obras, servindo como um empréstimo ponte para o desembolso do contrato de financiamento mediante abertura de crédito na modalidade FINEM junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

Concessionárias Estaduais

- Em 15 de outubro de 2014, a Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), controlada da Companhia, realizou a quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, em regime de garantia firme, da espécie quirografária, no montante total de R\$ 375 milhões, sendo o volume da primeira série de R\$ 150 milhões e o volume da segunda série de R\$ 225 milhões as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. A data de vencimento das debêntures será em 15 de outubro de 2019, sendo que o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em três parcelas anuais, no 3º, 4º e 5º anos, contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de outubro de 2017, em 15 de outubro de 2018 e em 15 de outubro de 2019, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, ou seja, em 15 de outubro de 2019. A remuneração das Debêntures da Primeira Série foi definida em CDI+ 1,10% e da Segunda Série em IPCA + 5,96%. Os recursos líquidos obtidos pela concessionária por meio da Emissão das Debêntures da Primeira Série foram destinados para reforço do capital de giro da emissora. Os recursos líquidos obtidos pela concessionária por meio da emissão das Debêntures da Segunda Série foram destinados para o pagamento/reembolso, conforme o caso, de gastos, despesas ou dívidas relacionadas a projetos de investimento, nos termos da Lei 12.431/2011.

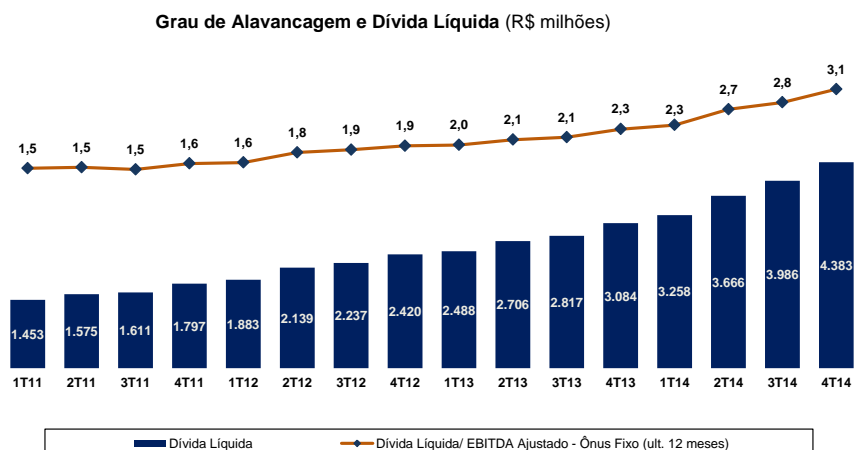
Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, **todas** as 5 **concessionárias federais contam com linhas de financiamento** de longo prazo aprovadas, **garantindo** os recursos necessários para a **implantação das principais obras** contratuais.

Até 31 de dezembro de 2014 foram **desembolsados** aproximadamente **R\$ 3,2 bilhões** referentes a empréstimos do BNDES, restando, portanto, um **saldo** a utilizar de **R\$ 532 milhões**.

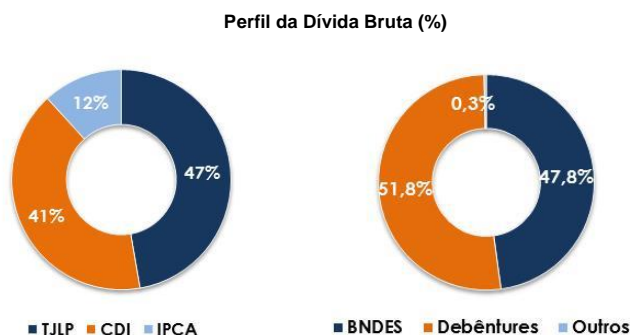
Concessionárias	BNDES (R\$ Mil)		31/12/2014
	Total Contratado	Total Tomado	Saldo Disponível
Total	3.694.549	3.162.417	532.132
Planalto Sul	331.344	328.781	2.563
Fluminense	780.819	654.799	126.020
Fernão Dias	702.754	702.754	-
Régis Bittencourt	1.069.495	935.563	133.932
Litoral Sul	810.137	540.520	269.617

A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

A dívida líquida no final do 4T14 representou 3,1 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses, representando um aumento do nível de alavancagem da Companhia em comparação ao patamar registrado no trimestre anterior que havia sido de 2,8 vezes.

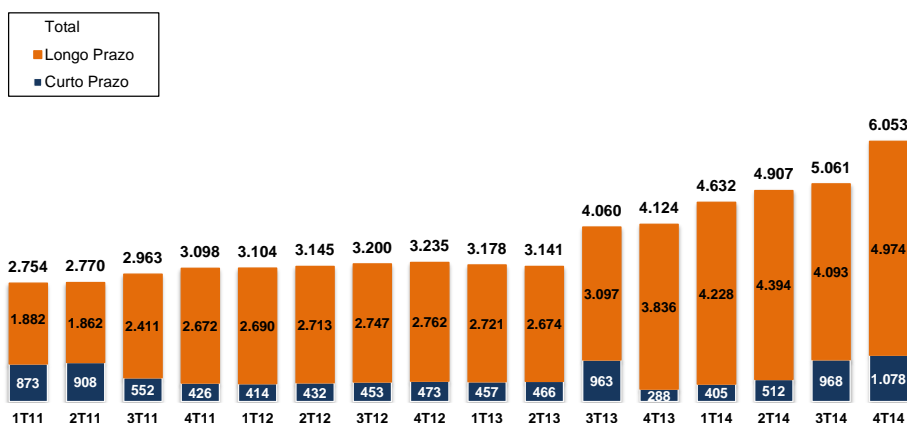


Ao final do 4T14, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 6,1 bilhões, sendo que deste montante 48,0% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 41% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 12,0% a contratos atrelados ao IPCA.

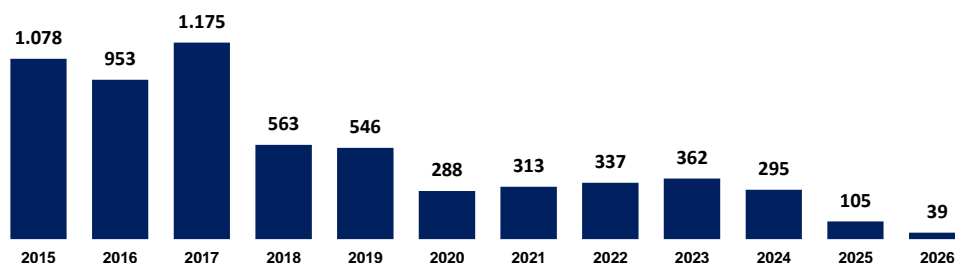


Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13
Indexador					
TJLP	2.896.815	2.737.265	2.288.152	5,8%	26,6%
CDI	2.456.917	1.871.535	1.390.927	31,3%	76,6%
IPCA	706.447	460.810	447.986	53,3%	57,7%
Outros	3.206	-	3.827	-	-16,2%
<i>Custos e encargos antecipados</i>	(10.879)	(8.524)	(6.164)	27,6%	76,5%
Total	6.052.505	5.061.087	4.124.728	19,6%	46,7%

Evolução do Endividamento Bruto (R\$ milhões)



Cronograma da Amortização da Dívida Bruta (R\$ milhões)



Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 4T14, o montante pago foi correspondente a R\$ 18,6 milhões, já no acumulado do ano foi R\$ 71,6 milhões.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13	2014	2013	Var% 2014/2013
Total	(18.568)	(18.568)	(17.217)	0,0%	7,8%	(71.570)	(66.852)	7,1%
Autovias	(1.956)	(1.956)	(1.812)	0,0%	7,9%	(7.536)	(7.038)	7,1%
Centrovias	(2.925)	(2.925)	(2.712)	0,0%	7,9%	(11.275)	(10.530)	7,1%
Intervias	(1.820)	(1.820)	(1.688)	0,0%	7,8%	(7.016)	(6.554)	7,0%
Vianorte	(11.867)	(11.867)	(11.005)	0,0%	7,8%	(45.743)	(42.730)	7,1%

A variação do valor pago pelo ônus fixo na comparação entre os períodos (em média +7,8%) é devida ao reajuste anual das parcelas de acordo com a variação do IGP-M dos últimos 12 meses, que ocorre na mesma data do reajuste anual das tarifas das concessões estaduais.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor real e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Real (R\$ mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	8.279	20.948	29.227	44
Centrovias	12.217	28.402	40.619	41
Intervias	7.903	29.867	37.770	61
Vianorte	47.990	103.308	151.298	38
Total	76.389	182.525	258.914	

Aditivos Contratuais

Ao longo de 2014, a Companhia, em linha com sua estratégia de crescimento com o objetivo de adicionar valor ao seu portfólio atual de concessões, avançou nas tratativas com o poder concedente (tanto estadual quanto federal) para a **inclusão de novos investimentos nos contratos vigentes**.

Esta adição de novos investimentos, para a melhoria e a ampliação da infraestrutura das rodovias, se origina de **novos projetos** e também da **readequação de projetos** que já faziam parte das obrigações contratuais acordadas com o poder público.

Para a inclusão destas novas obras e/ou adequação dos projetos é utilizada a **metodologia do fluxo de caixa marginal**, como previsto nas resoluções publicadas pela ARTESP e a ANTT em 2013, utilizando uma **nova Taxa Interna de Retorno (TIR)** definida por metodologia própria, **sem risco de tráfego** e que remunere estes investimentos através da **extensão de prazos contratuais** (comumente utilizado pelo governo de São Paulo) ou pelo **incremento de tarifas** (comumente utilizado para as concessões federais).

Os mais recentes aditivos contratuais negociados entre a Arteris e o poder concedente e que já estão em vigor são os seguintes:

Autovias: Em setembro de 2014 a Concessionária Autovias S.A., acordou junto à Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) a inclusão no contrato de concessão de uma nova obra de 14 quilômetros de **duplicação da SP-318**, pelo valor estimado de **R\$ 91 milhões**. Com a inclusão dessa obra a concessionária obteve **6 meses de extensão no prazo** de concessão, levando o término deste contrato para maio de 2019.

Autopista Régis Bittencourt: Em dezembro de 2014, a Companhia foi autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a inclusão no contrato de concessão de complemento de **R\$ 395 milhões** para a realização das obras de **duplicação da Serra do Cafezal**. O empreendimento, localizado na BR-116/SP entre os Municípios de Juiquitiba e Miracatu, contempla a duplicação de uma extensão de 30,5 quilômetros entre os km 336,7 e km 367,2 da rodovia, incluindo a construção de 34 viadutos e 4 túneis. A concessionária será remunerada através do **acréscimo de R\$ 0,20929 na Tarifa Básica de Pedágio (TBP), a valores de junho de 2007**, incluído gradativamente em 3 anos, sendo que o primeiro incremento, correspondente a 30% desse valor, ocorreu em 29 de dezembro de 2014, o segundo, correspondente a 35% desse valor será em 29 de dezembro de 2015 e o restante em 29 de dezembro de 2016.

Autopista Fluminense: Em janeiro de 2015, a Companhia foi autorizada pela ANTT a reajustar a tarifa de pedágio em 11,65%. Este percentual, acima da inflação do período, foi o resultado da **inclusão de diversas obras de melhoria** na rodovia que serão realizadas nos próximos anos totalizando investimentos da ordem de **R\$ 100 milhões** em valores de hoje. Entre estas melhorias inclui-se a implantação de passarelas, pontos de ônibus, novos trevos e dispositivos, implantação de balanças fixas, melhorias de pontos críticos entre outros.

Investimentos e Manutenção de Rodovias

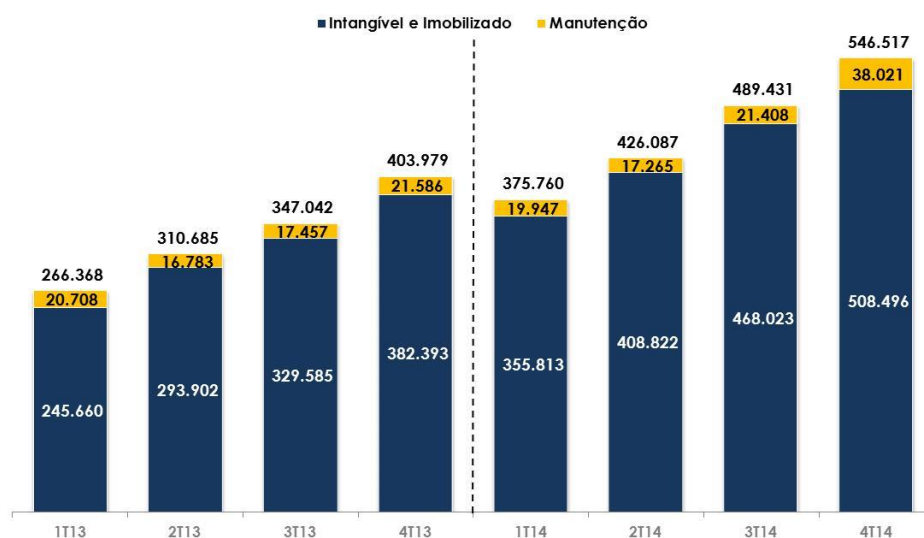
Mais uma vez a Arteris atingiu níveis históricos no volume de investimentos destinados às suas rodovias. No 4T14, este montante foi de **R\$ 546,5 milhões**, composto da melhoria na infraestrutura de todas as rodovias, especialmente com as grandes obras em curso nas concessões federais, além de manutenção de pavimento realizada nas estradas estaduais.

O ano de **2014** marca o período de **maior atividade da Companhia em relação à execução de obras** com um investimento recorde anual que atingiu **R\$ 1,8 bilhão**, valor **38% superior** ao registrado em 2013.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	4T14			2014		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	16.781	12.708	4.073	81.077	58.713	22.364
Centrovias	21.709	1.637	20.072	45.087	5.996	39.091
Intervias	22.924	17.701	5.223	61.303	45.162	16.141
Vianorte	14.397	5.744	8.653	44.519	25.474	19.045
Estaduais	75.811	37.790	38.021	231.986	135.345	96.641
Planalto Sul	54.067	54.067	0	169.381	169.381	0
Fluminense	100.916	100.916	0	333.573	333.573	0
Fernão Dias	87.151	87.151	0	237.165	237.165	0
Régis Bittencourt	104.162	104.162	0	423.646	423.646	0
Litoral Sul	112.063	112.063	0	407.256	407.256	0
Federais	458.359	458.359	0	1.571.021	1.571.021	0
Total	534.170	496.149	38.021	1.803.007	1.706.366	96.641
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	12.347	12.347	0	34.788	34.788	0
Total	546.518	508.497	38.021	1.837.796	1.741.155	96.641

Até o final do prazo contratual de todas as concessões, a previsão do **total remanescente de investimentos**, incluindo os montantes relacionados à manutenção é de aproximadamente **R\$ 7,9 bilhões**, já incluindo todos os aditivos assinados pela Companhia até o final de 2014.

Segue total de investimentos da Companhia nos últimos trimestres:
(R\$ Mil)





Avenida do Contorno
(Autopista Fluminense)

As obras mais relevantes do ano de 2014, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense

Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla 176,6 quilômetros da rodovia, dos quais 35,9 quilômetros foram concluídos em 2014. Dos 140,7 quilômetros restantes, 83,1 quilômetros estão em obras. Nestes trechos, foram também finalizados 2 trevos em desnível e mais 6 encontra-se em andamento.

Adicionalmente, a Companhia vem executando, desde outubro de 2012, as obras da Avenida do Contorno no município de Niterói, o que trará importantes melhorias para este trecho da rodovia com a ampliação da capacidade viária.

Além disso, foram construídas ao longo da rodovia duas passarelas e a conclusão de reforço estrutural e alargamento de uma ponte.



Duplicação BR101-RJ / Macaé – Campos
(Autopista Fluminense)



Contorno de Betim
(Autopista Fernão Dias)

Autopista Fernão Dias

Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.

Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia. Em 2014, a Autopista Fernão Dias concluiu a construção de 3 trevos em desnível, 11 passarelas, 24,7 quilômetros de ruas laterais, 19 quilômetros de 3ª faixas ao longo da rodovia.

Autopista Régis Bittencourt

O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária, segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 17,9 quilômetros da duplicação, de um total de 30,5 quilômetros do projeto, incluindo 2 trevos em desnível. A ANTT aprovou em dezembro de 2014 o reequilíbrio necessário para a continuidade das obras, contemplando a construção de 4 túneis (3 em andamento) e 33 pontes e viadutos (11 concluídos e 11 em andamento).

Durante 2014, foram também construídos 4 trevos em desnível e concluídas obras de reforço estrutural e alargamento de 6 pontes, a construção de 1 passarela e 6,4 quilômetros de ruas laterais.

Autopista Planalto Sul

A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,0 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que já possui a licença de instalação concedida pelo IBAMA. Deste total, 7,3 km já estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR) e o restante encontra-se em obras até o município de Mandirituba (PR).



Duplicação da Serra do Cafezal
(Autopista Régis Bittencourt)



Duplicação BR-116/PR
(Autopista Planalto Sul)

Durante o ano, foi realizado o alargamento de 2 pontes, 2 passarelas foram construídas e; realizadas correções de traçado da pista existente (1 quilômetro) para a melhoria da segurança dos usuários. Além disso, foi construído um trevo e uma rua lateral de 1,8 quilômetros em 2014.



Contorno de Florianópolis (Autopista Litoral Sul)

Autopista Litoral Sul

O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros.

Em 2014, a Concessionária também concluiu a construção de 44,3 quilômetros de ruas laterais, 6 passarelas, 28,7 quilômetros de novas 'terceiras faixas' e finalizou o reforço estrutural e alargamento de 11 obras de arte especiais (pontes e viadutos).



Dispositivo de acesso a Ribeirão Preto (Autovias e Vianorte)

Autovias e Vianorte

A Companhia concluiu em dezembro de 2014, através de suas controladas Autovias e Vianorte, as obras de remodelação do dispositivo do acesso principal à cidade de Ribeirão Preto (Trevo Waldo Adalberto da Silveira), no km 307+500 da SP 330 – Rodovia Anhanguera – Entroncamento das SP 333, SP 255 e Avenida Castelo Branco (SPA 307/330). Este empreendimento trouxe o aumento da segurança dos usuários da Rodovia Anhanguera, organizando o tráfego de veículos rodoviários e urbanos na região, também criando vias de acessos a pedestres através de passarelas. A obra foi aditivada ao contrato de concessão e contemplou a construção de 8 viadutos, 20 alças de acesso e retorno e uma passarela de 440 metros, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas.

Ainda na Autovias, foi iniciada em setembro de 2014, a duplicação de 13,6 quilômetros da SP 318, entre os quilômetros 235 e 249, na região de São Carlos. Trata-se de uma nova obra, que foi incluída no contrato de concessão, permitindo a extensão do prazo da concessionária em 6 meses, até maio de 2019, de acordo com a metodologia do fluxo de caixa marginal para o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Intervias

Está em andamento em ritmo acelerado a implantação da segunda etapa do contorno viário de Mogi Mirim (5 quilômetros). Adicionalmente, a concessionária está executando a duplicação da SP 147, entre Mogi Mirim e Engenheiro Coelho, obra iniciada em setembro de 2014.



Contorno de Mogi Mirim (Intervias)

Quadro de Pessoal

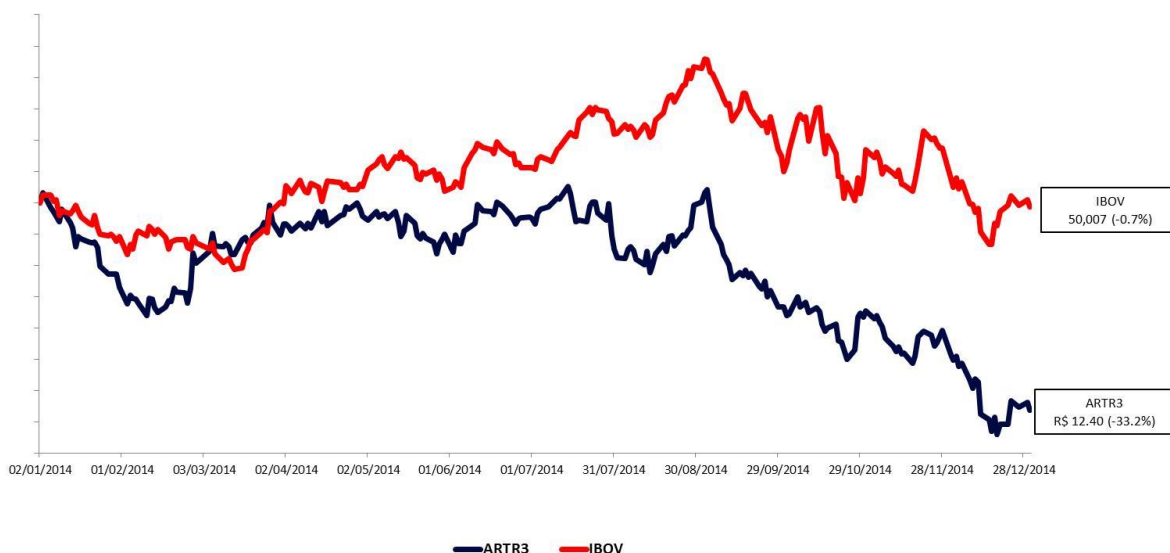
A Arteris conta com **6.499 profissionais** em seu quadro de pessoal, dos quais **43,1%** estão alocados nas **concessionárias federais**, **20,9%** nas **estaduais**, **33,7%** nas **construtoras** do grupo e o restante, ou **2,3%** em sua **holding**, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro de Pessoal	4T14	3T14	4T13	Var. 4T14/3T14	Var. 4T14/4T13
Arteris (Holding)	149	146	126	3	23
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.356	1.310	1.315	46	41
Autovias	302	245	206	57	96
Centrovias	283	301	314	(18)	(31)
Intervias	519	514	534	5	(15)
Vianorte	252	250	261	2	(9)
<i>Concessionárias Federais</i>	2.804	2.807	2.708	(3)	96
Litoral Sul	595	594	562	1	33
Planalto Sul	264	274	262	(10)	2
Fluminense	438	436	403	2	35
Fernão Dias	874	867	851	7	23
Régis Bittencourt	633	636	630	(3)	3
Latina Manutenção	2.017	2.193	2.481	(176)	(464)
Latina Sinalização	173	176	174	(3)	(1)
Total	6.499	6.632	6.804	(133)	(305)

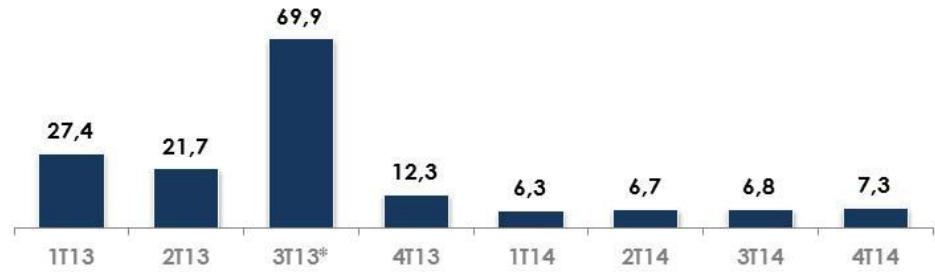
Mercado de Capitais

O **valor de mercado** da Arteris ao final de 2014 totalizou **R\$ 4,3 bilhões**, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 12,40 por ação em 30/12/14. Esse preço corresponde a uma **desvalorização** de **33,2%** desde o início do ano. No mesmo período, o **Índice Ibovespa** apresentou **desvalorização** de **0,7%**. Negociadas sob o código **ARTR3**, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e **movimentaram** cerca de **R\$ 452,2 milhões** no trimestre.

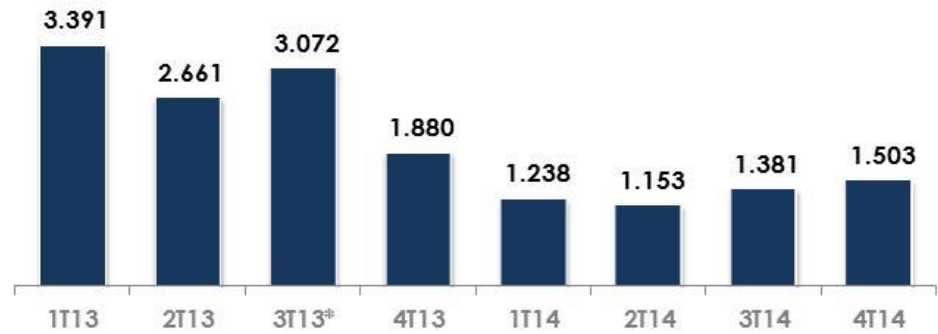
Evolução das Ações ARTR3 vs. Ibovespa (2014)



Volume Financeiro - Média diária - (R\$ Milhões)



Número de Negócios - Média diária

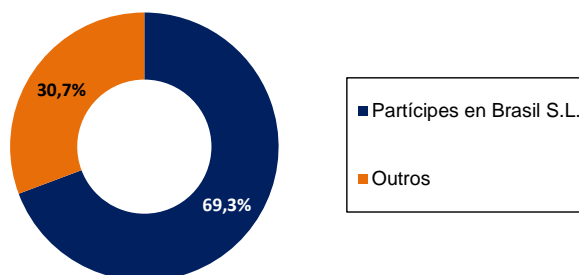


* Em Setembro de 2013 a Arteris realizou uma oferta pública de aquisição de ações (OPA), que resultou em uma diminuição do *free-float* da Companhia, influenciando o volume de negociação das ações desde então.

Média Diária	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13
Nº de Negócios	1.503	1.381	1.880	8,8%	-20,1%
Nº de Ações Negociadas	521.674	384.868	641.569	35,5%	-18,7%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	7,3	6,8	12,3	7,4%	-40,7%

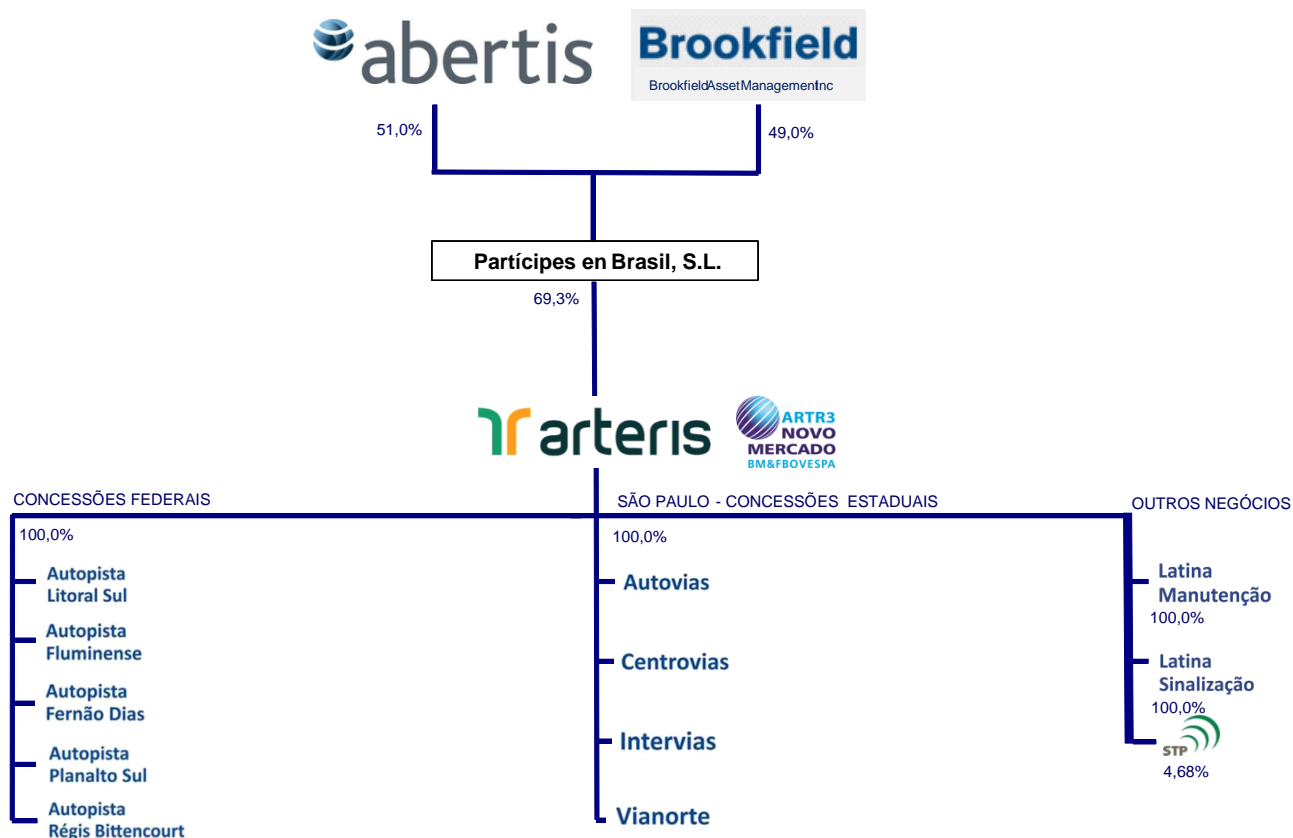
Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de aproximadamente R\$ 873,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



Data Base: 31/12/2014

Estrutura Societária



Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	Ago-18	Mai-19	IGP-M
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	Fev-20	Jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Fev-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Fev-33	IPCA
Fernão Dias	570,4	8	n.a.	Fev-33	IPCA
Régis Bittencourt	389,8	6	n.a.	Fev-33	IPCA
Litoral Sul	405,9	5	n.a.	Fev-33	IPCA

Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 69,3% da Arteris.

A seguir apresentamos a evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego. O IMD representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

IMD	4T14	4T13	Var%	2014	2013	Var%
Estaduais	13.134	13.105	0,2%	12.801	12.603	1,6%
Autovias	12.563	12.391	1,4%	12.249	11.963	2,4%
Centrovias	15.609	15.595	0,1%	15.016	14.788	1,5%
Intervias	10.714	10.680	0,3%	10.488	10.381	1,0%
Vianorte	15.460	15.617	-1,0%	15.172	14.977	1,3%
Federais	22.945	22.110	3,8%	21.798	21.039	3,6%
Planalto Sul	7.395	7.231	2,3%	7.194	6.883	4,5%
Fluminense	17.317	16.360	5,8%	16.712	15.893	5,2%
Fernão Dias	26.662	26.022	2,5%	25.736	25.169	2,3%
Régis Bittencourt	23.613	23.595	0,1%	22.547	22.508	0,2%
Litoral Sul	37.329	34.884	7,0%	34.401	32.317	6,5%
Total	19.479	18.931	2,9%	18.619	18.061	3,1%

Perfil Corporativo

A Arteris é a companhia do setor de concessões rodoviárias do Brasil com a maior extensão de quilômetros administrados. São 3.250 quilômetros sob gestão de suas nove concessionárias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Autopista Fernão Dias, Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Régis Bittencourt. A Arteris é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. É controlada pela Abertis e pela Brookfield Motorways. Saiba mais: ri.arteris.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da Arteris. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Arteris em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	31/12/2014	30/09/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.410.451	866.853	929.911
Contas a receber	154.062	174.981	126.709
Estoques	9.950	12.970	7.662
Despesas antecipadas	15.358	19.633	10.411
Impostos a recuperar	47.482	37.376	33.691
Aplicações financeiras vinculadas	174.377	120.412	47.383
Outros créditos	6.806	15.318	5.691
Total do ativo circulante	1.818.486	1.247.543	1.161.458
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	84.860	87.977	63.604
Cauções contratuais	68	144	331
Despesas antecipadas	3	9	22
Imposto de renda e contribuição social diferidos	183.906	194.628	172.108
Depósitos judiciais	54.103	51.158	20.372
Outras contas a receber	235	235	217
Investimentos	1.052	1.053	1.053
Imobilizado	61.486	52.225	46.377
Intangível	7.395.629	6.992.439	5.903.469
Total do ativo não circulante	7.781.342	7.379.868	6.207.553
TOTAL DO ATIVO	9.599.828	8.627.411	7.369.011
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	198.865	185.643	142.989
Debêntures	879.384	781.995	145.493
Fornecedores	142.868	144.241	122.115
Obrigações sociais	76.815	86.303	79.899
Obrigações fiscais	72.748	97.233	82.679
Contar a pagar - partes relacionadas	152	152	154
Cauções contratuais	61.764	60.790	44.847
Dividendos propostos	27.028	0	22.183
Credores pela concessão	74.452	74.343	70.299
Provisão para manutenção em rodovias	95.258	102.114	71.043
Provisão para investimentos em rodovias	98.280	91.760	68.489
Adiantamento seguros	18.347	33.481	40.152
Outras contas a pagar	11.855	10.428	10.149
Total do circulante	1.757.816	1.668.483	900.491
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	2.716.797	2.567.395	2.148.990
Debêntures	2.257.459	1.526.054	1.687.256
Credores pela concessão	163.048	175.375	216.540
Receita diferida	461	806	427
Imposto de renda e contribuição social diferidos	90.294	83.390	76.326
Provisão para manutenção em rodovias	443.244	443.735	401.395
Provisão para investimentos em rodovias	26.120	27.677	43.151
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	15.198	16.701	11.787
Outras contas a pagar	614	366	3.075
Total do exigível a longo prazo	5.713.235	4.841.499	4.588.947
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	873.822	873.822	772.417
Reserva legal	124.268	101.425	80.076
Reserva de lucros	1.152.958	1.164.453	1.049.351
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	2.128.777	2.117.429	1.879.573
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.599.828	8.627.411	7.369.011

ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	4T14	3T14	4T13	Var% 4T14/3T14	Var% 4T14/4T13	2014	2013	Var% 2014/2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.126.059	1.156.994	1.001.165	-2,7%	12,5%	4.236.358	3.602.182	17,6%
Receitas de pedágio	639.226	635.956	603.834	0,5%	5,9%	2.431.851	2.300.436	5,7%
Estaduais	370.307	374.326	357.049	-1,1%	3,7%	1.419.962	1.339.489	6,0%
Autovias	89.118	89.704	84.813	-0,7%	5,1%	342.833	321.780	6,5%
Centrovias	98.103	97.422	93.990	0,7%	4,4%	370.838	346.881	6,9%
Intervias	99.796	101.487	97.175	-1,7%	2,7%	385.596	367.927	4,8%
Vianorte	83.290	85.713	81.071	-2,8%	2,7%	320.695	302.901	5,9%
Federais	268.919	261.630	246.785	2,8%	9,0%	1.011.889	960.947	5,3%
Planalto Sul	29.056	31.636	26.879	-8,2%	8,1%	115.028	103.544	11,1%
Fluminense	44.133	42.412	41.270	4,1%	6,9%	165.003	158.958	3,8%
Fernão Dias	64.219	62.451	60.230	2,8%	6,6%	247.026	231.870	6,5%
Régis Bittencourt	69.594	66.959	69.994	3,9%	-0,6%	267.148	270.240	-1,1%
Litoral Sul	61.917	58.172	48.412	6,4%	27,9%	217.684	196.335	10,9%
Outras receitas	9.753	25.981	14.347	-62,5%	-32,0%	47.060	42.876	9,8%
Receitas de obras	477.080	495.057	382.984	-3,6%	24,6%	1.757.447	1.258.870	39,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(56.965)	(58.809)	(60.475)	-3,1%	-5,8%	(218.225)	(224.709)	-2,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.069.094	1.098.185	940.690	-2,6%	13,6%	4.018.133	3.377.473	19,0%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(764.960)	(749.376)	(631.805)	2,1%	21,1%	(2.812.470)	(2.237.115)	25,7%
LUCRO BRUTO	304.134	348.809	308.885	-12,8%	-1,5%	1.205.663	1.140.358	5,7%
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(47.970)	(49.664)	(57.237)	-3,4%	-16,2%	(193.132)	(193.334)	-0,1%
Gerais e administrativas	(42.306)	(48.399)	(52.496)	-12,6%	-19,4%	(182.086)	(181.818)	0,1%
Remuneração da administração	(6.440)	(3.502)	(6.134)	83,9%	5,0%	(19.259)	(21.331)	-9,7%
Despesas tributárias	(1.120)	(561)	(760)	99,6%	47,4%	(3.755)	(3.146)	19,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.896	2.798	2.153	-32,2%	-11,9%	11.968	12.961	-7,7%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(79.692)	(77.016)	(79.366)	3,5%	0,4%	(322.374)	(277.767)	16,1%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	176.472	222.129	172.282	-20,6%	2,4%	690.157	669.257	3,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(58.873)	(75.675)	(34.664)	-22,2%	69,8%	(233.297)	(202.916)	15,0%
Corrente	(41.248)	(76.595)	(60.911)	-46,1%	-32,3%	(231.128)	(230.600)	0,2%
Diferido	(17.625)	920	26.247	-2016,2%	-167,1%	(2.169)	27.684	-107,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	117.599	146.454	137.618	-19,7%	-14,5%	456.860	466.340	-2,0%

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	31/12/14	31/12/13
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	456.860	466.339
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	344.689	285.745
Baixas de ativos imobilizados	27.774	2.368
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.169	(27.684)
Varição monetária e juros sobre credores da concessão	22.105	28.500
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(18.236)	(8.486)
Juros e variações monetárias de empréstimos	107.214	124.963
Juros e variações monetárias de debêntures	277.108	139.080
Despesas financeira AVP	26.754	22.815
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	10.343	4.655
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	103.071	120.370
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(27.353)	(15.695)
Contas a receber - partes relacionadas	0	90
Estoques	(2.288)	1.216
Despesas antecipadas	(6.862)	(1.348)
Impostos a recuperar	(11.472)	(8.421)
Outros créditos	(1.115)	(3.349)
Cauções contratuais	263	(41)
Depósitos judiciais	(33.731)	(5.663)
Outras contas a receber	(18)	(1)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(85.979)	5.113
Fornecedores - partes relacionadas	(2)	(13.723)
Cauções contratuais	10.107	1.948
Obrigações sociais	(3.084)	20.195
Obrigações fiscais	142.609	191.612
Imposto de renda e contribuição social pagos	(152.365)	(183.187)
Receita diferida	34	29
Adiantamentos para seguros	(21.250)	(8.173)
Outras contas a pagar	53	2.861
Credores pela concessão	126	(1.432)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(6.932)	(3.044)
Pagamento de juros	(176.788)	(153.382)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	983.804	984.270
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(19.515)	(11.632)
Adições ao intangível	(1.721.640)	(1.239.908)
Aplicações financeiras vinculadas	(219.135)	(303.857)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	86.802	332.733
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.873.488)	(1.222.664)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	773.255	862.679
Emissão de Debêntures	1.321.138	1.136.976
Pagamento de juros e principal	(449.789)	(1.254.152)
Pagamento de credores pela concessão	(71.570)	(66.852)
Pagamento de dividendos	(202.810)	(191.783)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.370.224	486.868
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	480.540	248.475
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	929.911	681.437
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	1.410.451	929.911

ANEXO 4

RECLASSIFICAÇÕES

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS - RECLASSIFICAÇÕES 4T13 e 2013							
(Em milhares de reais)							
	4T13	Ajustes**	4T13 ajustado	9M13 ajustado	2.013	Ajustes**	2013 Ajustado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.001.165	(6.022)	995.143	2.585.768	3.602.183	(21.272)	3.580.911
Receitas de pedágio	603.834	-	603.834	1.696.602	2.300.436	-	2.300.436
Outras receitas	14.347	(6.022)	8.325	13.280	42.877	(21.272)	21.605
Receitas de obras	382.984	-	382.984	875.886	1.258.870	-	1.258.870
DEDUÇÕES DA RECEITA	(60.475)	7.036	(53.439)	(148.635)	(224.710)	22.636	(202.074)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	940.690	1.014	941.704	2.437.133	3.377.473	1.364	3.378.837
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(612.031)	(1.014)	(613.045)	(1.533.024)	(2.144.705)	(1.364)	(2.146.069)
Serviços de terceiros	(57.438)	7.433	(50.005)	(130.192)	(197.894)	17.697	(180.197)
Pessoal	(55.907)	3.557	(52.350)	(146.767)	(211.656)	12.539	(199.117)
Conservação	(28.709)	-	(28.709)	(72.098)	(100.807)	-	(100.807)
Verba de fiscalização	(9.224)	-	(9.224)	(27.465)	(36.689)	-	(36.689)
Custos com Poder Concedente	(7.521)	-	(7.521)	(25.033)	(32.554)	-	(32.554)
Seguros e garantias	(5.582)	-	(5.582)	(15.724)	(21.306)	-	(21.306)
Remuneração da administração	(6.134)	187	(5.947)	(14.656)	(21.331)	728	(20.603)
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(484)	-	(484)	(3.476)	(3.960)	-	(3.960)
Despesas tributárias	(760)	11	(749)	(2.358)	(3.146)	39	(3.107)
Outras despesas operacionais, liq.	(11.720)	(12.202)	(23.922)	(68.907)	(60.462)	(32.367)	(92.829)
Custo dos serviços de construção	(382.984)	-	(382.984)	(875.886)	(1.258.870)	-	(1.258.870)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(45.568)	-	(45.568)	(150.462)	(196.030)	-	(196.030)
EBITDA	328.659	-	328.659	904.109	1.232.768	-	1.232.768
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	137.618	-	137.618	328.722	466.340	-	466.340

** Ajustes proforma para tornar a base de 2013 comparável aos novos critérios adotados no 2T14.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS - BASE COMPARÁVEIS 2013/2014						
(Em milhares de reais)						
	4T14 ajustado	4T13 ajustado	Var. 4T14ajust./4T13ajust.	2014	2013 Ajustado	Var.2013 ajust./2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.126.059	995.143	13,2%	4.236.358	3.580.911	18,3%
Receitas de pedágio	639.226	603.834	5,9%	2.431.851	2.300.436	5,7%
Outras receitas	9.753	8.325	17,2%	47.060	21.605	117,8%
Receitas de obras	477.080	382.984	24,6%	1.757.447	1.258.870	39,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(56.965)	(53.439)	6,6%	(218.225)	(202.074)	8,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.069.094	941.704	13,5%	4.018.133	3.378.837	18,9%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(714.005)	(613.045)	16,5%	(2.660.913)	(2.146.069)	24,0%
Serviços de terceiros	(69.331)	(50.005)	38,6%	(213.728)	(180.197)	18,6%
Pessoal	(58.123)	(52.350)	11,0%	(219.012)	(199.117)	10,0%
Conservação	(20.839)	(28.709)	-27,4%	(104.936)	(100.807)	4,1%
Verba de fiscalização	(9.743)	(9.224)	5,6%	(38.773)	(36.689)	5,7%
Custos com Poder Concedente	(5.955)	(7.521)	-20,8%	(22.660)	(32.554)	-30,4%
Seguros e garantias	(6.300)	(5.582)	12,9%	(25.028)	(21.306)	17,5%
Remuneração da administração	(6.440)	(5.947)	8,3%	(19.259)	(20.603)	-6,5%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(8.302)	(484)	1615,3%	(9.576)	(3.960)	141,8%
Despesas tributárias	(1.120)	(749)	49,5%	(3.755)	(3.107)	20,9%
Outras despesas operacionais, liq.	(22.524)	(23.922)	-5,8%	(101.276)	(92.829)	9,1%
Custo dos serviços de construção	(477.080)	(382.984)	24,6%	(1.757.447)	(1.258.870)	39,6%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(28.248)	(45.568)	-38,0%	(145.463)	(196.030)	-25,8%
EBITDA	355.090	328.659	8,0%	1.357.220	1.232.768	10,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	117.599	137.618	-14,5%	456.860	466.340	-2,0%

GLOSSÁRIO

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A Arteris administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A Arteris administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Para o cálculo da margem EBITDA, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da margem EBITDA ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA ajustado.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no para-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Poder Concedente: A União, o Estado, o Distrito Federal ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra, objeto de concessão ou permissão. (Lei N° 8.987, de 1995 - Artigo 2 - CF. Artigo 1). O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. O poder concedente conta com as agências reguladoras (ARTESP no estado de São Paulo e ANTT para o governo federal) para acompanhar e fiscalizar os serviços delegados de transportes e regular o programa de concessões rodoviárias.

Provisão para Manutenção: Estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações presentes de manter a infraestrutura em níveis de operacionalidade definidos contratualmente considerando os desgastes derivados de seu uso. A Concessionária deverá constituir provisão com base em sua melhor estimativa dos desembolsos necessários para manter um determinado nível de serviço ou recuperar a infraestrutura dos níveis de operacionalidade antes de entregar ao poder concedente no fim do período de vigência da concessão, conforme definido contratualmente.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2013 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Receitas e Custos de Construção: São uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível. O valor registrado como receita de obra é exatamente o mesmo registrado como custo de obras, ou seja, seus efeitos não alteram a composição dos resultados da Companhia.

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.